

Cabe ressaltar que a humanidade possui conhecimento, tecnologia, criatividade e recursos nunca registrados antes em nossa história, porém, para que possam ser justamente aproveitados por todos, faz-se necessária a instauração de novos conceitos e novos valores para mobilizar o fazer ciência verdadeiramente. O que implica repensar nosso modelo de desenvolvimento tecnológico, assumindo o compromisso ético de resgatar os valores de igualdade, equidade e solidariedade nas questões econômicas e sócias.

REFERÊNCIAS

DAGNINO, Renato. *Tecnociência solidária: um manual estratégico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019. 161 p.

FEENBERG, A. - *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia* / Ricardo T. Neder (org.). - Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina /CDS/UnB/Capes, 2010 (1a. ed.) 2013 (2a. ed.).

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 13/08/2023.

LITERATURA INFANTO-JUVENIL NA SALA DE AULA: LETRAMENTO RACIAL E A FORMAÇÃO LEITORA

Tatiana Santos Costa⁴

Resumo: Trata-se de uma pesquisa em fase inicial sobre o letramento racial através da literatura infanto-juvenil (LINJU), pois a entendemos como um dos recursos favoráveis à afirmação identitária negra. Nosso objetivo, portanto, é compreender em qual aspecto a Linju pode contribuir com o letramento racial na educação infantil. Essa pesquisa se justifica a partir de uma demanda legal, a saber, a Lei 10.639/03 e demais marcos legais, através dos quais tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação brasileira. Com essa agenda, ressaltamos a necessidade de investirmos na formação docente, discente, em recursos didáticos e literários na área em questão. Ademais, compreendemos que a Linju atua como um instrumento fundamental para redimensionar a visão de nós mesmos e do universo circundante (OLIVEIRA, 2010). No que se refere às etapas, pretendemos efetivar a revisão bibliográfica na área, selecionar a instituição da educação básica para efetivar o estudo, pautar as trilhas metodológicas e teóricas, além de delimitar a comunidade implicada. Nesta, as crianças e, ainda, as obras literárias que serão objetos de atuação junto às crianças. Para a fundamentação teórica, recorreremos às fontes bibliográficas de autores tais quais:

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa 02: Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Anória de J. Oliveira. Endereço eletrônico: taticosta17@gmail.com

Ana Célia da Silva (2019), Eliane Debus (2017), Maria Anória de J. Oliveira (2010), Maria Nazaré de Mota Lima (2015), Nelly Novaes (2000). Das fontes documentais destacamos: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (2004), a Lei 10.639/2003, entre outras. Dessa forma, espera-se que essa pesquisa contribua com o campo de estudo que abrange a educação para as relações étnico-raciais, através do campo literário e os letramentos afins, visando o debate e a ampliação de recursos teóricos que possam subsidiar a formação docente e discente na área em foco.

Palavras-Chave: Identidades. Lei 10. 639/ 03. Literatura infanto-juvenil. Relações étnico-raciais.

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/03 completou 20 anos, porém existem muitos desafios para a sua implementação ser efetivada, uma vez que é notável a existência de obstáculos que dificultam o desenvolvimento de projetos voltados para a transformação social. Além disso, urge a necessidade de investir na formação docente para as relações étnico-raciais para que a escola seja um espaço de acolhida dos diferentes corpos, dessa forma, tornando-se mais democrática e aliada à realidade do país.

Ao considerar que as relações sociais na sociedade brasileira foram forjadas e direcionadas ao apagamento identitário dos grupos minoritários, como os negros e os indígenas, percebe-se que ao longo dos anos a elite buscou outras formas de manutenção da desigualdade racial e econômica. Quanto à naturalização do racismo, a classe dominante elegeu a escola para projetar valores culturais e ideológicos eurocêntricos.

Se por um lado, a escola, ao longo do tempo, tem contribuído para a reprodução das injustiças sociais, por exemplo, o insucesso escolar de determinados grupos sociais. Por outro, é

necessário apresentar o entrelaçamento de vozes nas produções literárias para que as crianças tenham contato com a diversidade e, principalmente, que as crianças afro-brasileiras se sintam representadas.

Não há dúvidas, de que as crianças, desde cedo, devem ter contato com o universo literário, portanto, as obras que elas têm acesso carecem de uma análise crítica por parte dos professores, tendo em vista a formação leitora e a formação de cidadãos conscientes e solidários para atuar na sociedade. Nesse sentido, a literatura infanto-juvenil na sala de aula vai se constituindo como uma possibilidade de enfrentamento ao racismo e de referências positivas para despertar o sentimento de pertencimento nas crianças negras.

A literatura infanto-juvenil torna-se um espaço de acolhida para as crianças e os jovens, possibilitando experiências novas, ao mesmo tempo, em que desperta um olhar crítico a respeito do mundo. Para despertar esse senso crítico, o professor deve se debruçar sobre as produções literárias que contemplem as diferentes vozes e, além disso, que consigam desconstruir preconceitos arraigados ao longo do tempo.

O letramento racial mediado pela literatura infanto-juvenil tem contribuído para a ressignificação das ações pedagógicas, visando à afirmação identitária negra. Acredita-se que a educação antirracista amplia a compreensão da realidade brasileira, no que tange às questões étnico-raciais. Esta pesquisa pretende compreender, portanto, como a literatura infanto-juvenil pode favorecer ainda mais o letramento racial, uma vez que o processo de formação desses pequenos cidadãos, necessita passar, por nós professores, para que os apresentemos narrativas e protagonistas que rompam com os estereótipos, a alienação e a ideia de inferiorização a respeito do povo negro.

Para a fundamentação teórica foram utilizadas fontes bibliográficas de autores tais quais: Ana Célia da Silva (2019), Eliane Debus (2017), Ligia Cademartori (1986), Maria Anória de J. Oliveira (2010), Maria Nazaré de Mota Lima (2015), Nelly Novaes (2000). Das fontes documentais destaca-se: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (2004), a Lei 10.639/2003, entre outras.

A LITERATURA INFANTO-JUVENIL NO BRASIL

A pesquisadora Ligia Cademartori, na obra *O que é literatura infantil*, ressalta que a formação da literatura infantil remonta ao século XVII, tendo como precursor o francês Charles Perrault, que adaptou contos e lendas medievais para as crianças. Desde o começo a literatura infantil foi instrumento de caráter pedagógico ao transmitir valores burgueses para o público destinado, pois concebida como um miniadulto, a criança assimilou aspectos morais e culturais idealizados. No Brasil, do século XIX, a produção para a infância iniciou com Monteiro Lobato, embora ele tenha popularizado esse gênero literário, suas produções eram restritas a determinado leitor, como destaca a autora Cademartori:

Além disso, passou a caracterizar o código de um corpo social situado aquém do processo de aculturação manipulado pelo homem branco. A cultura do colonizador procurava assim, destruir, pela segregação, as manifestações culturais da terra. Só poderia integra-se e vencer a situação de inferioridade na medida em que acendessem aos padrões culturais dos colonizadores. Se, dessa maneira, o dominador não conseguiu erradicar totalmente a cultura nativa pela submissão aos padrões europeus, marginalizou-a pela minimização ou pelo desconhecimento. (CADEMARTORI, 1986, não paginado)

O pioneirismo literário destinado ao público infantil deu-se no contexto de uma sociedade recém-saída do sistema de escravidão, como aponta a pesquisadora Ione da Silva Jovino (2006), e nela, a elite aprimorou as estruturas de exclusão dos grupos minoritários, as quais as estruturas protegiam os privilégios dos grupos dominantes.

A valorização de uma única realidade buscava naturalizar a relação desigual presente na sociedade brasileira, a qual não dava espaço para evidenciar as diferentes culturas existentes. As narrativas eram produzidas e consumidas pela elite local, o que só validava o caráter unilateral do discurso literário, valorizando a cultura hegemônica europeia, e segregando as demais culturas. O escritor, ao ignorar a realidade social do país, manipulou a escrita e a linguagem em prol do pensamento do colonizador na formação e na concepção de conceitos que a criança e o jovem devem adquirir. Em contrapartida, Cademartori (1986) afirma que as produções não podem ser vistas somente “como instrumento de formação conceitual”, pois ela possibilita ferramentas que “podem neutralizar a manipulação do sujeito pela sociedade, logo a literatura infanto-juvenil oferece um espaço para que conceitos sejam repensados subvertendo os limites que o adultocentrismo impõe.

Por adultocentrismo entende-se a relação desigual de forças em que um adulto busca impor uma determinada visão de mundo, que geralmente é condizente com os seus referenciais ideológicos. Eliane Debus na obra *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens* (2017) afirma que ao considerar a criança como um receptor passivo, o escritor reproduz de forma implícita a sua visão de mundo, como é possível visualizar na seguinte citação:

O texto literário partilha com os leitores, independente da idade, valores de natureza social, cultural, histórica e ou

ideológica por ser uma realização da cultura e estar integrado num processo comunicativo.

[...]a criança, compreendida como receptor passivo, por meio de personagens modelares, absorve exemplos de bom comportamento e valores a serem seguidos. Por outro lado, aquele que alicerça os modelos - os protagonistas das narrativas - apresenta características vinculadas aos grupos mantenedores do poder, por certo não contemplando a diversidade étnica, silenciando a representação de personagens negros, indígenas, asiáticos, entre outros. (DEBUS, 2017, p. 29)

As crianças e jovens que crescem em contato com narrativas que valorizam o discurso brancocêntrico, “acabam acreditando que esse é o único mundo possível” (RIBEIRO, 2019, p. 24). É nesse cenário que a escola ignora as diferenças étnicas ao valorizar o pensamento hegemônico, o qual se faz presente no silêncio do professor, no currículo escolar, na maioria dos livros didáticos e literários. Essa reflexão mostra que as crianças não brancas são vítimas de “violências cotidianas”, porque a escola tem veiculado valores morais e culturais racistas.

Na obra *Literatura infantil: teoria, análise, didática*, a escritora e professora Nelly Novaes Coelho (2000) afirmou que a literatura assume um papel fundamental na sociedade, como “na formação da consciência de mundo das crianças e dos jovens”, nela encontramos uma interpretação da realidade e das demandas socioculturais:

“ a verdadeira evolução de um povo se faz ao nível da mente, ao nível da consciência de mundo que cada um vai assimilando desde a infância. Ou ainda não descobriram que o caminho essencial para se chegar a esse nível é a palavra [...]. A literatura, e em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/ livro, seja no diálogo leitor/ texto estimulado pela escola.” (COELHO, 2000, p. 15)

Compreende-se que a literatura - mesmo que seja voltada para a infância - não está isenta de determinados valores vistos como ideais, assim, por meio de uma abordagem tradicional, as crianças eram doutrinadas para reproduzir, quando adultas, valores que reverenciavam uma única cultura, que por sua vez, estariam mais próximos do ideário europeu. Diante desse quadro, é necessário compreender o que é literatura:

A literatura infantil é uma comunicação histórica (localizada no tempo e no espaço) entre um locutor ou um escritor-adulto (emissor) e um destinatário-criança (receptor) que, por definição, ao longo do período considerado, não dispõe senão de modo parcial da experiência do real e das estruturas linguísticas, intelectuais, afetivas e outras que caracterizam a idade adulta. (SORIANO, 1975, s.p. *apud* COELHO, 2000, p. 30 e 31)

Embora a literatura infanto-juvenil, no Brasil, seja um fenômeno histórico que começa a se formar por volta do século XIX, essa produção literária enquanto instrumento de ressignificação da história e cultura africana e afro-brasileira é algo bem recente, uma vez que grupos engajados denunciaram as desigualdades de oportunidades, a exemplo de: a miséria social e o racismo. Nesse aspecto, a produção de grupos minoritários, a saber, os afrodescendentes buscaram romper com os estereótipos que reforçavam aspectos negativos ou folclorizados, como aponta a pesquisadora Ana Célia da Silva (2019) em sua obra *A discriminação do negro no livro didático*.

Os personagens negros surgem no século XX, entre as décadas de 20 e 30, porém eles eram retratados sem nenhum comprometimento social e sob a ótica do dominador. Os personagens foram inseridos para alimentar o racismo recreativo à medida que a elite continuava a coisificar o indivíduo negro, através da depreciação e do reforço de estereótipos. Se por um

lado, buscou-se representar a falsa docilidade e a submissão do segmento negro, por outro lado, não interessava ao grupo dominante registrar as diversas formas de resistências do povo negro contra o sistema de opressão.

Posteriormente, entre as décadas de 1970 e 1980, é que personagens negros foram retratados como protagonistas, porém algumas narrativas ao invés de romperem com os estereótipos e visão depreciativa a respeito do povo negro, acabaram por reforçar tais visões. A professora e pesquisadora Maria Anória de J. Oliveira na sua tese de doutorado *Personagens negros na literatura infanto-juvenil no Brasil e em Moçambique (2000 - 2007): entrelaçadas vozes tecendo negritudes*, afirma que ao omitir os processos de luta e resistência do povo negro, a história registrada nos livros didáticos apresenta o olhar do opressor, que sempre buscou meios para naturalizar as práticas discriminatórias não apenas no mundo real, como também na produção literária.

Ainda segundo a pesquisadora, é na era contemporânea que surgem narrativas que rasuram os critérios impostos, retirando o personagem negro do papel de subalternidade, do vitimismo e da docilidade do corpo à servidão. Os autores não estavam apenas ressignificando o lugar do negro na literatura, mas apresentando um recorte crítico da realidade brasileira ao elaborar uma denúncia sociopolítica.

O contexto escolar é caracterizado pela ideologia eurocêntrica e pelo mito da democracia racial, que fortaleceu e dissimulou as práticas racistas na sala de aula. No Brasil, as teorias racistas do século XIX, encontraram um solo fértil. Os grupos dominantes menosprezaram a diversidade cultural da população formada, em sua maioria por negros e mestiços, para justificar uma realidade que foi imposta. A classe dominante utiliza a escola como mecanismo de controle para garantir a perpetuação de privilégios de uma minoria, enquanto boa parte da população é invisibilizada pelo currículo escolar.

O pensamento eurocêntrico está presente na produção homogênea da política educacional brasileira, que privilegia saberes de um grupo dominante, ao passo que desconsidera a trajetória e o legado da população negra. Em contrapartida, a aprovação da Lei 10.639/ 2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana amplia a possibilidade de efetivar uma educação antirracista, mas é notável ainda a escassez de recursos pedagógicos e a falta de qualificação adequada ao docente.

Na obra *Áfricas e diásporas na literatura infanto-juvenil no Brasil e em Moçambique*, a pesquisadora Oliveira (2014) tece uma crítica a respeito da implementação da Lei 10.639/ 03 nas instituições básicas de ensino, ao afirmar que existem produções literárias que valorizam a diversidade, mas tais obras não chegaram à maioria das unidades de ensino. Em contrapartida, a maioria dos livros que fazem parte do acervo escolar ainda remete à identidade eurocêntrica. Os poucos exemplares de narrativas sobre a cultura indígena/negra são lembradas pelos professores para a realização de eventos folclóricos, ou seja, ao diminuir essas narrativas do cotidiano escolar, cria-se uma falsa percepção, nos jovens leitores, para que a cultura hegemônica seja vista como superior.

De acordo com Oliveira, ao se valorizar o padrão eurocêntrico nas produções literárias, as relações étnico-raciais são reveladas, pois as diferentes identidades são postas de lado. Dessa forma, a literatura infanto-juvenil não se constitui em um campo neutro, portanto, determinadas obras podem reforçar estereótipos acerca de determinados grupos ao invés de contribuir para a desconstrução de ideologia racista. Vale ressaltar que as próprias estruturas institucionais se constituem obstáculos para enfraquecer o desejo de mudança, dessa forma, este anseio necessita ser operado de dentro para fora, como aponta Oliveira

em sua tese de doutorado, ao citar o reconhecimento da educação como espaço de luta e promoção do pensamento crítico pelo Movimento Negro.

Para a autora, a literatura produzida para esse público em específico - em especial àquela de temática africana e afro-brasileira - precisa ser alvo constante de investigação, pois “a linguagem literária torna-se, desse modo, um campo fértil às imersões sociais, existenciais, críticas, reflexivas, étnico-raciais, entre tantas outras ações e sensações humanas. E os personagens são, certamente, seres importantes nessa imersão.” (OLIVEIRA, 2010, p. 85)

A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO RACIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

O cenário atual na sociedade brasileira evidencia os processos de racialização que marcam os discursos e a demarcação de lugares, dado a cada indivíduo baseado no tom da pele. Os discursos de ódio, as cenas veiculadas pelas mídias que remetem ao racismo e a negação de direitos para determinados segmentos sociais, dão continuidade ao pacto colonial que opera silenciosamente por meio de órgãos que regulamentam as práticas cotidianas.

Assim, se manifestam alguns mecanismos sutis que contribuem para o processo de marginalização do povo negro, portanto, a compreensão da complexa realidade brasileira exige uma nova forma de pensar a educação, levando-se em conta a formação das futuras gerações. Isso significa que para construir uma sociedade menos injusta - visando a formação de pessoas sensíveis - é preciso o alinhamento dos estudos e medidas favoráveis à causa que leve a mudança de atitudes e comportamentos, seja na família, seja na escola ou em qualquer espaço social.

A promulgação da Lei 10.639/03 reafirma, no âmbito educacional, a importância da educação antirracista pensada a partir da diáspora africana, ressignificando a sua contribuição na formação da diversidade cultural do país. Entretanto, o documento chama atenção para o alinhamento das disciplinas - embora aponte algumas áreas específicas, como Artes, Literatura e História - no que tange às questões étnico-raciais.

A pesquisadora Oliveira (2008) afirma que a ausência de recursos materiais favoráveis e o não entrosamento docente às questões raciais dificultam a efetivação da referida Lei. Além disso, ela aponta a carência de estudos que de fato problematizem os materiais utilizados em sala de aula, para compreender se tais documentos ressignificam toda trajetória histórico-cultural do povo negro.

Chama atenção a preocupação da pesquisadora em relação às narrativas veiculadas no espaço escolar, pois reconhece que o mercado editorial ampliou a oferta de livros que dialoga com a diversidade cultural do país, porém há produções que reforça o ideário hegemônico e, desta forma, cai “nas teias enredadas pelo racismo à brasileira”.

Ao contrário dos países, como a África do Sul e os Estados Unidos, que adotaram uma política de segregação racial, no Brasil, o Estado buscou mecanismos implícitos de segregação dissimulados pela “cortina” do mito da democracia racial. Debus ao se referir a discussão elencada por Nilma Gomes a respeito desse debate aponta que para além do desconhecido da própria Lei 10.639/03, há quem entenda que o seu cumprimento é uma questão restrita ao segmento negro.

No livro *A discriminação do negro no livro didático*, a autora Ana Célia da Silva faz uma análise das entrelinhas que compõem o contexto escolar, problematizando o papel que era/ e continua a

ser dado ao povo negro. Ela ressalta que as primeiras pesquisas a respeito do livro didático surgiram na década de 1950, e a partir dessas contribuições notou-se a veiculação de vários estereótipos como: o ataque à autoestima/inteligência dos estudantes afrodescendentes e o apagamento das culturas minoritárias. Atualmente, as pesquisas também denunciam a veiculação de valores defendidos pelas classes dominantes, pois os livros didáticos são idealizados por grupos que usufruem de privilégios construídos a partir da negação de direitos e da desumanização do outro, como afirma a autora:

Porém não se pode considerar ganho efetivo a aquisição de privilégios que deveriam ser extensivos a todos, independente de raça, classe e sexo, às custas da perda da identidade. O fracionamento da identidade, a auto-rejeição, a rejeição ao seu povo, a negação do racismo aqui existente e a ausência de participação na luta pela sua destruição, significam um efetivo prejuízo para a luta por direitos de cidadania e respeito à alteridade.

É importante observar que os brancos pertencentes às classes não detentoras do poder também recebem benefícios com a exclusão do negro... (SILVA, 2019, p.34)

Pensar na reestruturação do fazer pedagógico estimula um debate reflexivo entre as diferentes áreas do saber para que se busque caminhos capazes de reverberar mudança no currículo escolar, como diz a pesquisadora Maria Nazaré Mota de Lima (2015) na obra *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*:

Pensar o racismo institucional na educação é importante, pois remete para o fato de que alunos e alunas negros vivenciam na escola situações de desvantagens no acesso a benefícios gerados pela ação desta instituição, na medida em que esta desconsidera, inferioriza e/ ou estigmatiza as referências culturais que esses/as os/as alunos/ as possuem, o que implica em fracasso que incide sobre eles/

as, mas não são inerentes a eles/ as ou deles/ as. (LIMA, 2015, p. 82)

A descentralização curricular é um passo fundamental para a inclusão de materiais didáticos e literários em consonância com a diversidade étnica-cultural do país no acervo escolar, além disso, para que os Municípios e o Estado invistam na formação docente. De acordo com Lima (2015), a educação é idealizada consoante a cultura de branqueamento, e nela os discentes negros não conseguem se identificar com as imagens veiculadas no espaço escolar, cuja beleza ressaltada é aquela mais próxima do padrão europeu.

Denunciando também o processo de alienação cultural sofrida pelo povo negro, o escritor martinicano Frantz Fanon no livro *Pele negra, máscaras brancas* (2020), mostra como o processo colonizador incute no imaginário do segmento negro o sentimento de inferiorização. Este passa a buscar estratégias de aceitação, minimizando a rejeição pelo homem branco ao se aproximar dos valores culturais europeus.

Nesse íterim, percebe-se a presença massiva da ideologia do branqueamento em diversos contextos, daí a necessidade de desestruturar essa mentalidade eurocêntrica a partir das concepções que valorizam e ressignificam as diferentes culturas que ao longo do tempo foram preteridas. Como indica a pesquisadora Oliveira (2010), não se trata de trocar um centro por outro, mas sim de ampliar os espaços de discussão para que os diferentes corpos sejam reconhecidos e valorizados nos espaços culturais, sociais, políticos e econômicos.

Quanto ao fazer pedagógico para a efetivação da Lei 10.639/03 na educação básica, foi divulgada em 18 de maio de 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Esse documento orientador necessita ser

objeto de estudo e de consulta por aquele que busca a desconstrução de equívocos apontados por Debus. A grosso modo, a educação antirracista deve interessar a todo segmento da sociedade, daí a necessidade de investir em recursos humanos e materiais condizentes com uma abordagem mais sensível, pois não se trata de comiseração, mas de reconhecimento de direitos e valorização das identidades culturais.

O caráter heterogêneo dado a esse procedimento metodológico evidencia as peculiaridades que compõem as identidades, em relação ao uso do termo identidades e não identidade, a pesquisadora Lima ao fazer uma breve reflexão a partir das contribuições de autores, como Stuart Hall e Homi Bhabha afirma que

Na pós-modernidade, mudam radicalmente as concepções de sujeito e, por isso, as de identidade. Daí não ser recomendável falar em identidade, mas em identidades, que uma pessoa possui e que se atualizam permanentemente, a depender das trocas culturais que ela realiza no mundo globalizado, descentrando o sujeito, heterogêneo, múltiplo. (LIMA, 2015, p. 44)

Ampliar o círculo literário que as crianças e jovens têm acesso é imprescindível para a recepção e o acolhimento as leituras que suscitam uma interpretação da realidade brasileira a partir do reconhecimento das diferentes identidades. A descentralização da ideologia eurocêntrica nos currículos escolares depreende novas maneiras de se relacionar, tendo em vista a compreensão histórico-cultural da cultura negra, bem como a valorização da ancestralidade, dos espaços e da memória.

Dessa forma, a proposta de uma reeducação dos indivíduos pressupõe que os ensinamentos estejam em diálogo com todo processo de violência simbólica sofrido pela minoria, e como ela resistiu - e tem resistido - à invisibilidade e as tentativas de inferiorização. A autora Aparecida de Jesus Ferreira na obra

Letramento racial crítico através de narrativas (2015), salienta que para a construção de experiência coletiva é necessário o entrosamento de todas as identidades no debate sobre raça e racismo. Ao propor o letramento racial crítico, a autora elucida que as discussões não podem ocorrer isoladamente no contexto escolar por ser necessário o deslocamento do debate - situado no campo ideológico - para a ação concreta de enfrentamento ao racismo.

O resgate de narrativas, que evidenciam o processo de luta e resistência do povo negro através da literatura, tem contribuído para a valorização e reconhecimento da diversidade étnico-cultural. Além disso, a inclusão dessas narrativas possibilita o sentimento de pertencimento e o fortalecimento identitário nas crianças e nos jovens, para que eles não sintam vergonha da sua cor, do seu cabelo, mas sim orgulho.

Levando-se em consideração o público a quem a literatura infantil se destina e o processo de formação da criança, as produções literárias, na contemporaneidade, assumem outra dimensão ao ecoar as “linguagens da margem” (OLIVEIRA, 2019), isto é, uma conscientização política em relação à desigualdade racial e social. Segundo Coelho (2000), erroneamente a literatura para a infância é vista como um “mero entretenimento”, porém Oliveira no artigo Das “mina” às meninas na Linju: tecendo anseios, trilhas e (contra) pontos, aponta a complexidade que envolve esse campo literário, tais como: “a ilustração, o código linguístico, a oralidade, enfim”. (OLIVEIRA, 2019, p.23)

Se por um lado os elementos acima que compõem o livro infantil têm corroborado para o recrudescimento do racismo, por outro, eles surgem como ponte em que é possível o diálogo entre a teoria e a prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debater sobre o racismo na sociedade brasileira é perceptível como se deu a construção da relação social hierarquizadamente, que servia aos interesses políticos e econômicos de um determinado grupo social. Entretanto, diferentes atores sociais eram vítimas do projeto colonizador, que por sua vez passa a menosprezar os diferentes modos de vida ao criar mecanismos/ obstáculos que substanciam – atualmente o pensamento crítico das margens tem combatido duramente o eurocentrismo - uma alienação cultural que objetivava inferiorizar a minoria.

De fato, as narrativas literárias que abordam a diversidade étnica inovadoramente têm contribuído para a implementação da Lei 10.639/03, uma vez que as diferenças constituem o espaço escolar, e essa realidade não pode ser mais negada pelas práticas cotidianas. A descentralização do centro permite que a escola seja mais inclusiva, democrática à medida que vão destacando (positivamente) as diversas culturas, em especial a afro-brasileira.

Nessa perspectiva, a literatura infantil na sala de aula estimula o acolhimento e a afirmação da identidade do estudante negro, correspondendo, desta forma, para a valorização da ancestralidade e sentimento de pertencimento. Visibilizar a diáspora africana é fundamental para que, as crianças, desde cedo, construam um imaginário positivo a respeito da cultura afro-brasileira, refletindo em relações pautadas no respeito às diferenças.

Em suma, ressalta-se também a importância da formação docente como superação do obstáculo que enfraquece a implementação da Lei 10.639/03, além disso, o debate precisa ser significativo e dialógico com materiais adequados e de qualidade, capazes de corresponder à demanda social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: SECAD/MEC, 2005.

BRASIL. *Lei no 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>

CADEMARTORI, Lígia. *O que é literatura infantil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2000.

DEBUS, Eliane. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*. São Paulo: Cortez, 2017.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu, 2020.

JOVINO, Ione da Silva. *Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil*. In: LIMA, Maria Nazaré; SOUZA, Florentina (org.). *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*. Salvador: EDUNEB, 2015.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. *Raça e gênero: entrelaces racistas versus afirmação identitária negra*. Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da UEL, ano 1, n. 1, p. 106-115, mar.-jul. 2011. Disponível em

: http://www.uel.br/neaa/sites/default/files/revistas/nguzu_miolo_final.pdf.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. *Personagens negros na literatura infanto-juvenil no Brasil e em Moçambique (2000-2007): entrelaçadas vozes tecendo negritudes*. 2010. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus; SILVA, Márcia Tavares. Das "mina" às meninas na Linju: tecendo anseios, trilhas e (contra) pontos. 2021, p. 16 - 29.

Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/11345/8140>>

SILVA, Ana Célia. *A discriminação do negro no livro didático*. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2019.

SILVA, Ana Célia. A representação do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?. Salvador: EDUFBA, 2011.

Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8688>

Acesso em: 18/ 04/ 2023